

CONDICIONANTES AMBIENTAIS DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO 2013-2016

ENVIRONMENTAL CONDITIONS OF THE GRADUATE STUDIES EVALUATION IN ADMINISTRATION – 2013-2016

Recebido em 17.04.2020 Aprovado em 11.08.2020

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i3.42246>

Rodrigo Teles Dantas de Oliveira

oliveira.rtd@gmail.com

Programa de Pós-graduação em Administração (PROPADM)/Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão/Sergipe, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6009-3454>

Florence Heber

florenceheber@hotmail.com

Programa de Pós-graduação em Administração (PROPADM)/Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão/Sergipe, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-9498-3268>

Resumo

Este artigo objetivou compreender como processos ambientais previstos na Ecologia Organizacional influenciaram o declínio de notas de programas de pós-graduação (PPGs) em Administração na avaliação CAPES 2017. Estudo qualitativo, utilizou dados de entrevistas com coordenadores de sete PPGs, com a coordenação da CAPES, pesquisa documental e bibliográfica e observação não-participante. Os principais condicionantes do declínio foram: alterações dos critérios avaliativos, exigência do alto impacto na produção intelectual; ausência de apoio das instituições de ensino (regulação); crise e reorientações políticas/econômicas; retração do financiamento (oscilações políticas); precariedade nas ações de internacionalização e nas relações com agências de fomento e empresas (ligações institucionais).

Palavras-chave: Pós-Graduação em Administração. Ecologia Organizacional. Processos Ambientais. Avaliação CAPES. Declínio Organizacional.

Abstract

This research aimed to understand how the environmental processes of Organizational Ecology influenced the decline of the grade of graduate programs in Administration in the CAPES 2017 evaluation. This qualitative study collected data from interviews with coordinators of seven graduate programs and CAPES, documental and bibliographic research and non-participant observation, examined by narrative and documentary analysis. The main constraints were: changes in the evaluation criteria, requirement for high impact intellectual production; lack of support from educational institutions (regulation); crisis and political/economic reorientations; retraction of financing (political turmoil); precariousness in internationalization and in relations with development agencies and companies (institutional linkages).

Keywords: Graduate studies in Administration. Organizational Ecology. Environmental Processes. CAPES Evaluation. Organizational Failure.

Introdução

O advento do *stricto sensu* em Administração no Brasil teve como objetivo fomentar e desenvolver profissionais capacitados para a alavancagem do potencial gerencial no país (BARROS; CARRIERI, 2013). Desde 1976, quando iniciada a avaliação dessa modalidade de ensino (MACCARI et al., 2008), diversas transformações ocorreram na forma como os programas de pós-graduação (PPGs) surgem, se mantêm e, por vezes, fenecem, frente aos diversos desafios inerentes à gestão acadêmica dos cursos.

No campo de estudo da gestão, atualmente há 129 PPGs em Administração e 16 em Administração Pública credenciados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), integrando a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, que tem chamado atenção pelo seu crescimento (CAPES, 2017a). No entanto, o último relatório de avaliação da entidade apontou importantes dados que merecem atenção: em relação ao referido campo e às notas dos programas acadêmicos, recomendou-se a elevação de 24 programas, a manutenção de 71 e a queda de outros 12 cursos. Mais gravemente, foi sugerido o descredenciamento de 2 PPGs. Especificamente entre os cursos de Administração, a avaliação demonstrou aumento no número de programas com notas retraídas, registrando 7 cursos (CAPES, 2017b), ao passo que na avaliação trienal anterior (CAPES, 2013a), apenas 3 PPGs foram rebaixados, o que representa uma expansão de 133% no conjunto de programas com notas depreciadas no intervalo de 4 anos.

A que se deve tal incremento de PPGs rebaixados pela CAPES? Diante da padronização da avaliação, entende-se que esses não atenderam às exigências para a manutenção ou melhoria dos conceitos. Então, quais motivos os têm levado a não alcançarem os requisitos de qualidade? Apesar da expansão e dos importantes avanços percebidos na pós-graduação da área de Administração, tais resultados merecem atenção constante em relação ao processo avaliativo e aos PPGs, por meio de uma análise detalhada em busca de respostas à questão do declínio do conceito atribuído aos programas. Dessa forma, o interesse central deste estudo é a compreensão dos motivos que provocaram tal cenário, o que suscitou questionamentos sobre as interferências da CAPES e do ambiente institucional em que os programas estão inseridos, que nos últimos anos tem sido palco de importantes oscilações, redefinições e reestruturações, especialmente em termos de fomento (CAPES, s/d).

Nessa linha, tem-se percebido a retração do financiamento público da pós-graduação, bem como uma tendência à continuidade desses cortes. É o que indicam as recentes notícias acerca do orçamento da área: o MEC sofreu a mais ampla retração de recursos na atual gestão federal, perdendo R\$ 5,8 bilhões em 2019. Após perder R\$ 819 milhões, a CAPES extinguiu 11.811 bolsas de pesquisa de janeiro a agosto de 2019; em 2020, cortou outras 6000, voltando atrás na decisão diante das pressões do setor de educação superior. Além disso, há previsão de que seu orçamento finde o ano de 2020 retraído pela metade. O CNPq, por sua vez, tem um déficit de R\$ 300 milhões, fato que ameaça o financiamento de projetos de pesquisa e bolsas, diante do corte de 42% no orçamento. As Instituições de Ensino Superior (IES) federais também foram impactadas, tendo bloqueados 30% da verba para despesas discricionárias (GRANDELLE, 2019a, 2019b; TOMAZELLI; RODRIGUES, 2019; SALDAÑA, 2019a, 2019b, 2020). Esse cenário impõe sérios constrangimentos e incertezas aos PPGs e seus pesquisadores.

Assim, a perspectiva de análise do ambiente organizacional foi incorporada ao estudo, pois possibilita entender os elementos externos que configuram as organizações. Fundamentalmente ambiental, a Teoria da Ecologia Organizacional enfatiza que aspectos sociais, econômicos e políticos produzem variações no número de fundações e fracassos de organizações, sob influência de processos demográficos, ecológicos e ambientais (HANNAN; FREEMAN, 1977). Entre os processos ambientais, foco desta pesquisa, tem-se os de natureza institucional, que alicerçam a legitimidade das organizações, sendo eles: regulação, oscilações políticas e ligações institucionais, que podem proporcionar ou restringir os recursos no ambiente.

Diante desses pressupostos e tendo como pano de fundo o rebaixamentoⁱ de nota de vários PPGs em Administração no país, formula-se o seguinte objetivo: compreender a influência dos processos ambientais no declínio de nota dos programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil no período de 2013 a 2016.

Tal objetivo foi estimulado pela efervescência no cenário da pós-graduação quando da realização deste estudo, especialmente na área de Administração. A CAPES tem considerado algumas disfunções da avaliação, ainda em constante mutação, e refletido sobre possíveis mudanças em direção ao seu amadurecimento, como evidenciado na observação não-participante durante o XXXIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação (ENPROP), que compõe os dados desta pesquisa.

Assim alicerçado e direcionado ao âmbito prático da gestão acadêmica, este artigo pretende contribuir para a compreensão de como os processos ambientais influenciaram o rebaixamento dos PPGs, o que pode estimular a criação de diretrizes de prevenção e correção de desafios inerentes aos programas e seus dirigentes, uma vez que como resultado tem-se a descoberta dos elementos que estão além da avaliação CAPES e que influenciam a sustentabilidade dos PPGs em Administração.

Teoricamente, almeja-se contribuir com a difusão da perspectiva ecológica organizacional, que no Brasil, não integra o rol das teorias organizacionais mais difundidas (CALDAS; CUNHA, 2005). Holgado Silva et al. (2018) reforçam essa afirmativa, indicando, em seu estudo bibliométrico, restrita produção de estudos brasileiros baseados na Ecologia Organizacional e que grande parte se concentra nas questões conceituais, fato que incita a realização de estudos empíricos que ofereçam contribuições práticas às discussões teóricas dessa temática.

No campo metodológico, entende-se que a compreensão da influência dos processos ambientais no declínio dos PPGs pode ser alcançada por meio de uma análise qualitativamente orientada, ora proposta, dos dados da CAPES, que por vezes são meramente quantitativos e descritivos (CAPES, 2017a, 2017b). Aliado a isso, pretende-se relacionar tais dados com as perspectivas dos coordenadores dos PPGs, seus gestores. Nessa linha, objetiva-se experimentar a utilização das entrevistas como método de coleta de dados em estudos no campo da Ecologia Organizacional, que conforme Holgado Silva et al. (2018), representam apenas 7% do método utilizado nas pesquisas brasileiras, entre 2006 e 2016.

Quando alinhados o objeto deste estudo e sua delimitação teórica, a escassez de trabalhos é perceptível. Ceretta (2015) afirma que as pesquisas ecológicas organizacionais focam na relação entre densidade organizacional e desempenho, mesmo havendo outros fatores que podem resultar em fundações e fracassos organizacionais. Já Cirani, Silva e Campanário (2012, p. 767) observam que “a literatura sobre o ensino *stricto sensu* da área de Administração indica um número reduzido de pesquisas realizadas sobre diferentes aspectos relacionados a essa pós-graduação”, fatos esses que, relacionados, incitam a investigação proposta.

Avaliação do *Stricto Sensu* no Brasil e as especificidades da área de Administração

O sistema de avaliação dos PPGs brasileiros é baseado em critérios estabelecidos pela CAPES, entidade criada em 1951 com o objetivo de organizar o *stricto sensu* no país. Desde então, tal sistema vem sendo aprimorado, absorvendo demandas e avanços científicos, tecnológicos e educacionais emergidos desde a primeira avaliação, em 1976 (MACCARI et al., 2008). A avaliação abrange os PPGs já existentes, atestando sua condição de continuidade, bem como chancela as propostas de novos programas. Tal tarefa envolve diversos atores, que avaliam os programas por meio da Plataforma Sucupira, importante sistema de integração de dados.

Os dados são aglutinados pelos comitês em cinco quesitos (proposta do PPG; corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; produção intelectual e inserção social), apreciados por meio das informações disponibilizadas pelos programas, o que incita uma cuidadosa elaboração do relatório de

avaliação. Com base nesses quesitos multifacetados, que exigem grandes capacidades de gestão acadêmica por parte dos PPGs, a CAPES se estrutura para a avaliação, que objetiva a “certificação da qualidade da pós-graduação brasileira [...]”; identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPGⁱⁱ para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação [...]” (CAPES, 2014, on-line).

A produção intelectual dos docentes permanentes pode ser entendida como central para a composição das notas, já que seu peso na avaliação corresponde a 50% para a maioria dos PPGs da área de Administração (CAPES, 2017a; PATRUS; TOLENTINO; SHIGAKI, 2018). No âmbito da quadrienal 2017, buscou-se direcionar a produção intelectual para o alto impacto, que exige mais qualidade nas pesquisas, em que o desenvolvimento de teorias baseadas em problemas da prática organizacional que tenham relevância para o trabalho gerencial torna-se tarefa-chave para os pesquisadores (LAZZARINI, 2017).

Tal definição pode ser entendida como um desdobramento da expansão do *stricto sensu* em gestão, percebida há anos, bem como da crítica ao produtivismo, na direção de superá-lo e qualificar a produção intelectual, frente à proliferação de estudos com baixa relevância, sem conexão com as necessidades das organizações e da sociedade (BERTERO; CALDAS; WOOD JR., 2005). No entanto, um resultado adverso surgiu na área de Administração na avaliação quadrienal 2017: 6 programas tiveram notas abaixo de 3, mínima para sua manutenção. Mais especificamente, entre os PPGs acadêmicos, foco deste estudo, a avaliação demonstrou um aumento no número de programas com notas retraídas, registrando 7 cursos (CAPES, 2017a).

Uma abordagem sobre esse problema foi apresentada por Araújo e Moraes (2014), que relataram o quase descredenciamento do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), em 2004. Diversos condicionantes foram citados: atraso na titulação discente, frágil relação com a CAPES, internacionalização infrutífera, carência de recursos, rigidez na avaliação, produção científica incipiente, falta de apoio institucional. Fatores políticos e econômicos também foram citados, a exemplo da transição política pós ditadura militar, que instaurou “uma carência de recursos [...] [atribuída] à recessão e arrocho governamental quanto aos investimentos nas universidades”. Outro relato expressa o fraco relacionamento do PPGA com órgãos reguladores: “não se podia contar só com a ajuda da ANPADⁱⁱⁱ. O relacionamento com a CAPES era muito reduzido”. [...] A elevação do padrão da avaliação foi o principal fator de declínio do programa, [...] que não conseguiu se adaptar às normas da CAPES e foi se afastando do sistema” (ARAÚJO; MORAES, 2014, p. 199-200).

Com base nos relatos acima, percebe-se a influência dos processos ambientais no declínio do PPGA: oscilações políticas, ligações institucionais e regulação, respectivamente. Pode-se entender que as ligações institucionais, que eram fracas com a reitoria, a CAPES e a ANPAD, bem como as alterações na distribuição de recursos e a mudança na avaliação, entendida como ferramenta de regulação, foram elementos contribuintes para o declínio do programa. Na sequência, tais processos serão abordados por meio da perspectiva teórica utilizada e, em seguida, no contexto específico proposto neste estudo, destacando a sua influência nas organizações.

Ecologia Organizacional e os processos ambientais

A Teoria da Ecologia Organizacional, proposta por Hannan e Freeman (1977), tem como objetivo explicar a abundância de organizações por meio da interpretação de como as variáveis políticas, econômicas e sociais as impactam. O interesse está na mudança organizacional coletiva, característica expressa pelo construto “populações ecológicas”, que diz respeito aos conjuntos de organizações com atividades, recursos e padrões de atuação similares, e pelo construto “comunidade”, que se refere ao conjunto de populações organizacionais semelhantes, mas independentes, que convivem num mesmo ambiente. Esse, por sua vez, é entendido como local em que as organizações competem pela sobrevivência e no qual emergem constantemente forças que influenciam o seu desempenho e que

determinam quais organizações estão mais adaptadas às dinâmicas de mudança (CUNHA, 1999). Isso evidencia a maneira singular com a qual a Ecologia Organizacional trata a mudança, diferentemente das teorias organizacionais anteriores, especialmente a Teoria da Contingência (BAUM, 2012; CALDAS; CUNHA, 2005; ZANARDO DOS SANTOS, 2013).

A Ecologia Organizacional concentra-se no fenômeno da seleção organizacional para entender a movimentação das populações organizacionais, admitindo que o ambiente seleciona as organizações melhor adequadas aos requisitos contextuais. Essa luta pela sobrevivência expressa racionalidade ambiental, uma vez que a manutenção das organizações depende de seu nível de adequação. Além disso, padrões temporais de mudança, mecanismos de aprendizagem organizacional e capacidade responsiva às mudanças também determinam a continuidade ou extinção das organizações (CUNHA, 1993; HANNAN; FREEMAN, 1977, 1984). Como desdobramentos dessa dinâmica, os fenômenos de fundação e fracasso são observados nas populações organizacionais. Fica evidente, assim, a inspiração nas ciências naturais e na lógica da seleção nas quais a teoria se baseia. Nessa linha, Hogson (2013) argumenta que diversos estudos demonstraram que, ontologicamente, os princípios da concepção darwiniana de seleção podem ser aplicados à evolução social e organizacional.

Conceito fundamental da teoria, a inércia estrutural faz referência ao estado de maturidade das organizações, em que características como padronização e institucionalização tornam-se inerentes às suas estruturas. Para Lander e Heugens (2017), a legitimidade de determinadas formas e populações organizacionais, conceito enraizado e caro também à Teoria Institucional, eleva a densidade e as taxas de fundação das populações, enquanto minimiza as chances de fracasso. Com esse perfil, as organizações inertes seriam menos suscetíveis ao movimento de seleção organizacional, pois sendo baseadas na confiabilidade que passam ao ambiente, estariam pouco dispostas à implementação de grandes mudanças em suas características centrais. Assim, realizam pequenas mudanças em suas características periféricas, a fim de adequar suas atividades superficiais, sem atingir os núcleos centrais ou seu core de competência (BAUM, 2012; HANNAN; FREEMAN, 1977, 1984).

No entanto, a previsibilidade por vezes é acompanhada pela dificuldade de resposta aos movimentos de mudança, já que “o apego a processos rotineiros poderá transformar a inércia estrutural numa fonte de desvantagem competitiva [...]. Poderão surgir, portanto, organizações com falhas permanentes, constantemente deficitárias e cuja sobrevivência não é possível” (CUNHA, 1999, p. 26). Isso incita o debate sobre até que ponto a inércia estrutural é benéfica: ainda que represente maturidade e previsibilidade organizacionais, também pode engessar a estrutura. Essa problemática é ainda mais acentuada em contextos de rápida e constante mudança, em que se aprofunda o *gap* entre o que o ambiente requisita e o que a organização oferece em termos de adequabilidade.

Essa visão diverge das teorias organizacionais que atribuem a fundação e o fracasso às características inatas dos gestores, quando na verdade fatores contextuais podem ser mais determinantes (BAUM, 2012). Assim, a visão ecológica ressignifica o papel dos gestores, entendendo que esse tem importantes restrições. Há limitações na habilidade de adaptação das organizações, pois essas são constantemente influenciadas por processos que geram a inércia estrutural. Assim, sendo o ambiente a fonte de pressões sociais, econômicas e políticas, entende-se que esses atores assumem também uma função de cumpridores das imposições ambientais (SILVA; HOYOS, 2017), compostas por elementos que, pela sua constituição e força, se sobrepõem ao alcance decisório da gestão interna (HANNAN; FREEMAN, 1977, 1984).

Tal perspectiva é alvo de importantes críticas. Donaldson (1995) argumenta que a Ecologia Organizacional tem caráter “*anti-management*”, ao interpretar como secundárias as ações gerenciais. Cunha (1999, p. 25) afirma que, mesmo limitado, o papel dos atores é observável, pois “mesmo aceitando que o contexto organizacional e ambiental constrange a ação dos gestores, é difícil aceitar que o processo de influência [...] se desenrole num só sentido: do contexto para o gestor”.

A natureza *anti-management* é negada pelos ecologistas. A consideração limitada do papel dos gestores é reconhecida, já que se admite que esses realmente influenciam a orientação das organizações; alerta-se, no entanto, que essa autonomia é parcial (HANNAN; FREEMAN, 1989; SINGH; LUMSDEN, 1990). Baum (2012), aliás, defende a complementaridade entre as perspectivas da seleção e adaptação, inerentes, respectivamente, à Ecologia Organizacional e à Teoria da Contingência. Do mesmo modo, Hodgson (2013) destaca o debate sobre a perspectiva da adaptação individual versus a seleção competitiva: a posição “darwiniana/selecionista” de Hannan e Freeman (1977), que defende a seleção como pressuposto dos limites da adaptabilidade individual das organizações, em oposição à perspectiva “lamarkiana”, que enfatiza a capacidade adaptativa organizacional. O argumento é que essas interpretações não são tão dicotômicas assim. Child e Rodrigues (2011), por sua vez, enfatizam que a perspectiva de ação política levanta questões ainda negligenciadas: o poder relativo de líderes organizacionais no ambiente interno e sua relação com as ações e decisões assumidas em momentos de desafios e complexidade ambiental externa, destacando a complexidade cognitiva e relacional como dimensões relevantes a serem consideradas.

Na Ecologia Organizacional, a fundação e o fracasso organizacionais são influenciados pelos processos ambientais, demográficos e ecológicos. Os processos ambientais, especificamente, são categorizados como institucionais e tecnológicos. Os primeiros abarcam a regulação, as oscilações políticas e as ligações institucionais (BAUM, 2012; CAVALCANTI; HEBER, 2014). Neste estudo, optou-se pelo foco nos processos ambientais de cunho institucional, ora nomeados “processos ambientais-institucionais”.

Ainda que o foco deste estudo esteja na interpretação ecológica organizacional, é importante, neste ponto, discutir a base institucional em que tais processos ambientais se constroem. Singh e Lumsden (1990) visualizam importantes convergências entre a Ecologia Organizacional e a perspectiva institucional, já que as variáveis acima citadas se materializam num *background* institucionalizado. Os autores propõem duas relevantes questões, que imbricam ambas as teorias: como mudanças no ambiente institucional podem influenciar a dinâmica ecológica e como as dinâmicas ecológicas culminam em alterações institucionais.

Paralelamente, Tucker et al. (1992) entendem que a legitimação é o pano de fundo para a análise ecológica, estabelecendo uma relação hierárquica entre as teorias, em que a institucionalização é preliminar. Zanardo dos Santos (2013) afirma que as mudanças ambientais desencadeiam ciclos de seleção organizacional, em que as organizações sobreviventes são orientadas a um novo movimento de padronização, buscando legitimação e estabilidade. Esse entendimento é relevante para a pesquisa ecológica em processos ambientais, considerando que suas variáveis componentes afetam as organizações, podendo colocar sua legitimação em risco, o que pode resultar no fracasso organizacional. Além disso, sua relevância para os estudos organizacionais está na compreensão de como as organizações se submetem às pressões institucionais do ambiente, numa incessante busca por sobrevivência, conforme já sinalizavam Dimaggio e Powell (1983).

Retornando aos processos ambientais-institucionais, a regulação diz respeito às restrições impostas à aquisição de recursos pelas organizações e reflete a base isomórfica em que a Ecologia Organizacional se sustenta: sendo institucional o contexto organizacional, os padrões e normas legais garantem legitimidade (ou não) às populações e influenciam na seleção, sobrevivência ou fracasso organizacional (HANNAN; FREEMAN, 1977; ZANARDO DOS SANTOS, 2013).

As pesquisas acerca da influência da regulação na dinâmica da população explicam que essa pode restringir ou impulsionar a fundação e o fracasso (BAUM; OLIVER, 1991; TUCKER et al. 1990). Anjos Júnior, Silva e Cavalcante (2016), por sua vez, concluíram que as alterações na legislação do setor energético influenciaram a extinção de cooperativas de eletrificação rural brasileiras. Baum (2012, p. 163) comenta que tais investigações procuram “estudar como a regulação e os processos institucionais de forma mais ampla condicionam os processos ecológicos diretamente, examinando as interações entre variáveis institucionais e ecológicas”. Isso se relaciona ao objetivo deste estudo.

Quatro categorias de caráter institucional têm emergido como condicionantes regulatórios da fundação e fracasso: I – barreiras de entrada, referentes aos arranjos (governamentais e outros) de incentivo ou desestímulo de fundações (HANNAN; FREEMAN, 1989); II – recursos e restrições (incentivo fiscal, impostos, aumento ou diminuição de regulamentações) (WHOLEY; CHRISTIANSON; SANCHEZ, 1992); III – monitoramento/certificação/autorização/apoio, em que governos legitimam determinadas populações organizacionais (BAUM; OLIVER, 1992; TUCKER et al. 1992) e IV – natureza da competição, em que determinados atos governamentais alteram as relações das organizações de determinada população (BARNETT; CARROL, 1993).

Já as oscilações políticas dizem respeito às mudanças ocorridas no ambiente político de determinada população organizacional. A desordem no processo político desestabiliza os padrões sociais e redefinem a distribuição de recursos, fato que tem repercussão direta na fundação e fracasso (BAUM, 2012), já que os arranjos ambientais se tornam instáveis, incitando inseguranças em determinada população.

As pesquisas pioneiras (CARROLL; HUO, 1986; DELACROIX; CARROLL, 1983) sobre o impacto das oscilações políticas na seleção organizacional estabelecem que essa variável é determinante para o fracasso, já que o redimensionamento e realocação de recursos, eventos típicos em situações de instabilidade política, contribuem para a fundação de organizações oportunistas, que se tornam não responsivas ao ambiente tão logo esse se normaliza.

As ligações institucionais também estão relacionadas à natureza institucional dos processos ambientais. A legitimação das organizações está alicerçada na aceitação que essas experimentam por parte de seus pares e *stakeholders* (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Tal fato fornece às organizações segurança quanto ao seu desempenho em determinado nicho, ao disporem de suporte, dirimindo os questionamentos sobre sua adequação. Dito isso, Baum (2012, p. 166) reflete que “o desenvolvimento de laços com importantes instituições do Estado, da comunidade, bem como com outras organizações que operam no mesmo campo institucional tem papel muito significativo no aumento das chances de sobrevivência da organização”.

Empiricamente, as ligações institucionais foram fator determinante para o crescimento da população de creches (BAUM; MEZIAS, 1993) e de organizações da construção civil (ZHOU; VAN WITTELOOSTUIJN, 2009). Além disso, relações com instituições sociais e de caridade (SINGH; TUCKER; HOUSE, 1986); partidos políticos (MINER; AMBURGEY; STEARNS, 1990) e associações comunitárias e agências estatais (BAUM; OLIVER, 1991) também explicaram a fundação e manutenção de organizações que estabeleceram conexões estratégicas com entidades-chave do ambiente organizacional.

A Ecologia Organizacional oferece um olhar diferenciado em relação às mudanças e interferências ambientais nas organizações e populações. Neste estudo, os processos ambientais-institucionais, que integram a teoria, foram utilizados para referenciar as escolhas metodológicas, bem como as discussões e análises propostas, como será apresentado a seguir.

Percurso metodológico

Com a intenção de compreender, por meio da abordagem qualitativa, os condicionantes do declínio de nota dos PPGs em Administração na avaliação quadrienal 2017 da CAPES, este estudo definiu, para efeito de análise, a totalidade dos PPGs acadêmicos em Administração brasileiros que tiveram suas notas retraídas na última avaliação CAPES (2017b), originários das Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), do Rio Grande do Norte (UFRN), da Paraíba e de Rondônia (UNIR); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Fundação João Pinheiro (FJP). Apesar de comporem a população de programas acadêmicos, que integram um setor educacional já legitimado, essas organizações foram afetadas pelas mudanças no ambiente institucional

da pós-graduação. Esse é um típico movimento de seleção organizacional, que coloca à prova as organizações e que inspirou a proposição deste estudo.

Utilizou-se como ferramentas de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e bibliográfica e observação não-participante, intentando uma análise mais ampla e profunda dos aspectos inerentes ao declínio dos PPGs. A coleta de dados deu-se no XLII Encontro da ANPAD (ENANPAD) e no XXI Seminários em Administração (SEMEAD), eventos que serviram de lócus para as entrevistas e observação não-participante. Posteriormente, o XXXIV ENPROP também foi campo da observação, realizada à distância por meio de transmissão da CAPES pelo *Youtube*.

Foram entrevistados 9 sujeitos na pesquisa, durante o XLII ENANPAD e o XXI SEMEAD. Entre esses, designados “docentes”, tem-se coordenadores, vice-coordenadores e ex-coordenadores, funções exercidas em diferentes períodos da última avaliação. Buscando enriquecer a análise, alcançar contrapontos às narrativas dos docentes e conhecer a perspectiva do órgão avaliador, a liderança da coordenação de área de Administração da CAPES à época da quadrienal 2017 também foi abordada, representada pelo sujeito “regulador”. As entrevistas foram norteadas por dois instrumentos semiestruturados de coleta de dados, refinados por especialistas: um roteiro de entrevista aplicado aos docentes e outro à coordenação de área, objetivando o aprofundamento da análise por meio do conflito e/ou conformidade entre os papéis de regulado e regulador que os PPGs e a coordenação de área exercem, respectivamente. O quadro 01 apresenta os sujeitos e seus órgãos de origem.

Quadro 01 – PPGs, instituições e sujeitos abordados

Instituição/PPG/Órgão	Sujeitos	Declínio da nota
UFMG – CEPEAD	Docente A	6 ↘ 4
UFRN – PPGA	Docente B	5 ↘ 4
UFPB – PPGA	Docentes C, D ^{iv}	5 ↘ 4
UNIR – PPGA	Docente E	4 ↘ 3
PUC/SP – PPGA	Docente F	4 ↘ 3
USCS – PPGA	Docente G	5 ↘ 4
FJP – Administração Pública	Docente H	5 ↘ 3
CAPES – Coordenação de área de Administração	Regulador	–

Fonte: CAPES (2017b).

Legenda: CEPEAD: Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

A pesquisa documental concentrou-se nos relatórios de avaliação, portarias, orçamentos do Ministério da Educação (MEC), da CAPES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e das IES/PPGs, bem como nas notícias e matérias jornalísticas, fundamentais para traçar a ambiência da pós-graduação. Especialmente em relação às oscilações políticas e regulação, essas fontes proporcionaram a contextualização dos aspectos normativos e orçamentários do setor, que representam importantes pressões inerciais experimentadas pelos PPGs.

Em relação à observação não-participante, deu-se de forma não estruturada, com o objetivo de compreender a dinâmica comunicativa e relacional entre os atores envolvidos na pós-graduação em Administração que, reunidos nos eventos citados, se encontravam num ambiente de interlocução entre instituições-chave do setor, da comunidade da pós-graduação em Administração. Buscou-se, com isso, evidências mais sutis, especialmente em relação às ligações institucionais, que talvez não fossem reveladas nas entrevistas e na pesquisa documental. Além disso, e talvez o mais importante, a observação possibilitou o direcionamento das entrevistas, refinando as questões já traçadas pelo instrumento de

coleta de dados, bem como inspirando questões adicionais e a contextualização que as acompanhava, além de apoiar a análise dos dados.

Quanto ao tratamento dos dados, as entrevistas foram transcritas e importadas para o *NVivo 12 Plus*[®] junto às imagens, os dados documentais e as anotações colhidas na observação não-participante. O software auxiliou na organização, classificação e codificação das narrativas de cada processo ambiental-institucional, bem como na percepção dos temas inerentes, além de facilitar as conexões entre os diferentes tipos de dados. Para a análise, utilizou-se o método de análise de narrativas, que se mostrou pertinente ao possibilitar a interpretação dos fatos narrados pelos docentes, líderes do contexto estudado, sobre os fatores que contribuíram para a queda de nota do programa que dirigem/dirigiram.

Assim, o quadro 02 resume os diferentes processos ambientais-institucionais e seus respectivos elementos constitutivos inerentes ao objeto desta pesquisa, que guiaram as diferentes etapas do estudo, da construção do referencial teórico às definições metodológicas e análises. Além disso, apresenta-se os métodos de coleta e tratamento de dados aplicados a cada processo.

Quadro 02 – Processos ambientais-institucionais e seus elementos de análise

Processos	Elementos de análise	Métodos aplicados
Regulação	Avaliação CAPES e seus critérios; Redefinições da avaliação; Determinações das IES (reitoria/pró-reitorias).	Entrevistas; Análise documental e bibliográfica; Análise de narrativa.
Oscilações políticas	Definições governamentais da pós-graduação; Reorientação das políticas públicas do stricto sensu; Retração de recursos;	Entrevistas; Análise documental e bibliográfica; Análise de narrativa.
Ligações institucionais	Organizações públicas e privadas; Agências reguladoras e de fomento; Organizações e agências internacionais.	Entrevistas; Análise de narrativa; Observação não-participante.

Fonte: elaboração própria (2018), a partir do objetivo, revisão de literatura e método.

Com perspectiva longitudinal, o universo temporal compreendeu o período de 2013-2016, decisão baseada na inflexão do resultado da avaliação CAPES 2017, que demonstrou o crescimento do número de PPGs em Administração com notas declinadas. Além disso, tal período envolve importantes reorientações nas políticas públicas da pós-graduação, demarcando diferentes posturas concernentes ao stricto sensu no Brasil.

Resultados e discussão

Regulação: “a verdade é que a regra muda durante o jogo” (DOCENTE G, 2018).

A questão mais marcante da variável regulação, para alguns entrevistados, foi a característica mutante da avaliação, que impôs importantes desafios à gestão acadêmica dos programas, uma vez que muito do que já havia sido planejado para o alcance das métricas foi, em dado momento, alterado. Tal fato produziu para os cursos um novo cenário, de forma geral mais complexo e difícil de ser gerido, conforme o relato do Docente G:

[...] A regra muda durante o jogo em função daquilo que está ocorrendo, e não de regras prévias, isso é uma inconstância. Se mudar pro próximo período, tudo bem, mas mudar durante o processo, eu não acho uma coisa correta. [...] E às vezes não só muda no meio como no final, aí não tem mais jeito de se fazer nada. Se muda no meio, pelo menos temos mais dois anos pela frente, mas se muda no momento da avaliação, aí o negócio complica (DOCENTE G, 2018).

A diferença entre a velocidade da mudança na avaliação e a capacidade responsiva dos programas se mostrou bastante evidente e se coaduna com o conceito de inércia estrutural. A reorientação da produção científica do volume para a qualidade, em que o alto impacto das publicações de docentes passou a ser característica central, figurou como a principal alteração, como explica o Docente F:

Desde o início do quadriênio já havia a indicação de mudança pra produção de alto impacto [...]. Só que a gente vinha com outras práticas, e no programa você tem aquele mesmo time da produção de artigo pra evento, revistas nacionais... e de repente você tem que ir pro alto impacto, que tem outra lógica, então isso acabou prejudicando muitos programas, os tradicionais inclusive” (DOCENTE F, 2018).

Isso posto, pode-se considerar que na perspectiva dos extratos de fala dos entrevistados acima, a alteração nos critérios de avaliação da CAPES se configurou como elemento contribuinte para a queda de nota dos PPGs, tendo em vista os consequentes desafios impostos aos diferentes programas, materializados pela dificuldade de alcance das novas exigências, especialmente as relacionadas à produção intelectual, que é uma das tarefas mais estimuladas – e exigidas – no âmbito dos cursos *stricto sensu*. O pano de fundo desse cenário é o foco na quantidade de publicações por parte dos PPGs, numa direção diferente da que passou a vigorar, com maior ênfase na qualidade.

É relevante destacar, no entanto, que tais mudanças regulatórias não eclodiram repentinamente, tendo em vista o constante amadurecimento dos critérios pela CAPES, por meio dos eventos durante o quadriênio avaliativo. É o que demonstra o Relatório do Seminário de Acompanhamento dos PPGs de Administração (CAPES, 2013b, p. 1) que, ao final da Avaliação Trienal 2012, já declarava que, com o “crescimento anual da qualidade dos periódicos que têm recebido produção de professores da área, provavelmente o fator de impacto será o critério definidor dos estratos A1 até B2 no triênio 2013-2015”. Posteriormente, no Seminário Síntese de Meio Termo do SNPG, tal direção foi reforçada, em que foi sugerido “tirar a ênfase quantitativa da produção docente, olhando o alinhamento das melhores produções com a proposta de formação discente” (CAPES, 2015, p. 5). Na mesma linha, o Docente A pondera que:

As regras do jogo mudam, mas não na essência. As mudanças são anunciadas. Por exemplo, nós tivemos reunião na CAPES, e já foram anunciadas mudanças ainda não oficializadas, mas eu já sei o que vem por aí. [...] Alguns coordenadores não vão às reuniões, outros vão e não tomam atitude, então às vezes é uma maneira confortável de gerenciar, [...] mas isso mata o programa (DOCENTE A, 2018).

Portanto, pode-se afirmar que a comunidade de PPGs em Administração estava ciente da mudança da lógica quantitativa (denominada “produtivista”) para a qualitativa no julgamento das publicações. Diante desses dados documentais e narrativos, vislumbra-se uma certa dificuldade, por parte dos dirigentes dos PPGs, em acompanhar a mudança do padrão produtivista para um padrão baseado na qualidade e impacto dos periódicos proposto pela CAPES (2013b).

Tal dificuldade pode ser vislumbrada nos relatórios de avaliação e reconsideração da CAPES (2017c), nos quais a produção qualificada média foi problemática para quase a totalidade dos programas abordados. O panorama desses PPGs é semelhante à situação do PPGA/UFPB na avaliação trienal 2004, quando o programa foi negativamente impactado pelas mudanças no processo de avaliação que, desde então, já vinha se tornando cada vez mais rigoroso (ARAÚJO; MORAES, 2014), fato que reforça a

análise de que as mudanças não são tão novas e inesperadas. Os dados documentais do quadro 03 apresentam como a produção intelectual dos PPGs estudados foi apreciada:

Quadro 03 – Avaliação da produção intelectual na Quadrienal 2017

Instituição/PPG	Avaliação da Produção Intelectual
UFMG – CEPEAD	Níveis bons de produção intelectual, sendo muito bom no número de produtos e regular quanto à qualificação.
UFRN – PPGA	Nível muito bom de produção intelectual e bom em qualificação.
UFPB – PPGA	Produção intelectual muito boa quanto ao total dos produtos, mas regular quanto à qualificação.
UNIR – PPGA	A produção qualificada média/docente permanente é fraca e sua distribuição é regular.
PUC/SP – PPGA	Nível regular de produção intelectual, com distribuição de publicações qualificadas entre o corpo docente permanente sendo fraca.
USCS – PPGA	Nível regular quanto à produção qualificada, com distribuição regular.
FJP	A produção qualificada média, bem como sua distribuição entre os docentes permanentes foram avaliadas como fracas.

Fonte: Relatórios de avaliação e reconsideração (CAPES, 2017c).

Percebe-se que apenas o PPGA/UFRN se destaca quanto à produção intelectual. Tais dados não significam, necessariamente, que as publicações são inadequadas ou pouco relevantes, mas que detalhes como a distribuição do total de publicações entre os docentes pode rebaixar o conceito desse item da avaliação, prejudicando todo o conceito final do PPG. Esse desequilíbrio distributivo não é coisa nova, e pôde ser confirmado na consulta aos currículos Lattes (CNPQ, 2020) do conjunto de docentes permanentes dos PPGs: por vezes, alguns acumulam várias publicações, enquanto outros pontuam o mínimo para se manterem ativos no programa, desequilibrando a avaliação, que tem como critério a distribuição entre os pares.

A mudança imposta pelo ambiente resultou na queda de nota dos PPGs, movimento em direção ao fracasso organizacional, que corresponde à lógica da seleção proposta por Hannan e Freeman (1977). É fundamental sinalizar que tal oscilação afetou até mesmo os programas das IES mais tradicionais, consolidadas e bem fomentadas, como o CEPEAD/UFMG. Mais grave ainda é o caso do PPGA/PUCSP, tendo em vista que a queda para a nota 3 resultou na recomendação de descredenciamento do curso de doutorado do programa, modalidade em que a nota mínima exigida é 4. Em outras palavras, as mudanças na avaliação desafiaram mesmo as organizações mais bem selecionadas da população abordada.

Esse caráter fluido da avaliação entra em conflito com as considerações que versaram sobre a solidez e credibilidade do processo avaliativo, características também apontadas por alguns coordenadores. A previsibilidade da regulação externa, qualidade amplamente buscada pelas organizações e bastante discutida nos estudos em gestão, não seria requisito básico para caracterizar uma atividade regulatória como confiável? Ainda que positiva, a resposta a tal questionamento está inserida num contexto que também abarca o caráter de contínua e necessária maturação da avaliação CAPES.

As orientações internas das IES, definidas por suas reitorias e pró-reitorias, também exerceram forte influência para o declínio dos programas. As principais queixas referem-se ao fato de que as IES não exigem de seus docentes a atuação na pós-graduação, tampouco valorizam os participantes, o que

desestimula a inserção de novos professores e, de certa forma, contribui para o esvaziamento dos programas. O relato do Docente B aglutina a opinião dos demais entrevistados, que entendem que tais órgãos são indiferentes aos PPGs em Administração. Seria possível argumentar que a neutralidade da atuação das IES não interfere no desempenho dos PPGs, mas o que se reflete é que a ausência de apoio, num contexto de complexidade do qual fazem parte os programas, resulta em dificuldades.

[A IES contribuiu para a queda de nota] por omissão, [por falta] de regras pra progressão dos professores e a obrigatoriedade de fazer pesquisa acadêmica, porque se eu tenho um tripé ensino-pesquisa-extensão, eu teria que exigir isso [...]. Então as pessoas se sentem confortáveis em não atuarem nesse tripé, porque elas imaginam: “o quê? Eu vou ter mais trabalho? Qual o benefício que eu ganho estando nesse programa? Nenhum”. Então, a universidade está sendo muito condescendente com esse não engajamento no programa stricto sensu acadêmico (DOCENTE B, 2018).

Percebe-se, assim, a influência das diretrizes – ou da ausência dessas – das diferentes IES de origem para o declínio do conceito dos PPGs abordados, que, sem apoio sistemático de suas pró-reitorias, não contaram com auxílios que poderiam ter sido decisivos para evitar a queda de nota na avaliação, a exemplo da obrigatoriedade da atuação dos docentes nos programas, ações de pesquisa e extensão articuladas com os diferentes PPGs, auxílio técnico na elaboração dos relatórios de avaliação, ampliação do fomento, entre outros. Portanto, além da regulação externa, é necessário considerar também as políticas internas das IES dirigidas à pós-graduação (ou sua ausência), como fator determinante para o declínio na avaliação, já que compõem o ambiente imediato aos PPGs.

Considerando as constantes alterações da regulação da pós-graduação, o caráter institucional dos processos ambientais defendido por Tucker et al. (1992) é colocado à prova. Isso é expresso pelo fato de que a esperada legitimação da regulação se torna difícil de ser alcançada, pois não há tempo hábil entre uma determinação e outra para a sedimentação (TOLBERT; ZUCKER, 2012) das estruturas regulatórias.

Tais resultados podem ser relacionados aos das pesquisas ecológicas clássicas, que concluíram que os recursos e restrições ambientais têm relevância para o fracasso organizacional (AMBURGEY et al. 1994; WOOLLEY; CHRISTIANSON; SANCHEZ, 1992); além dos estudos que afirmam que a regulação governamental legitima determinadas populações organizacionais (BAUM; OLIVER, 1992; TUCKER et al. 1992), contexto que pode ser diretamente relacionado à atuação da CAPES, que como órgão vinculado ao Executivo, desempenha tais funções.

Oscilações Políticas: “a gente não vive estabilidade, na verdade sempre piorou” (DOCENTE A, 2018).

Em relação às oscilações políticas, a questão do fomento foi amplamente citada. O contexto econômico e político foi importante elemento definidor da reorientação das políticas públicas da pós-graduação. Após importantes ciclos de crescimento econômico, que contribuíram para a expansão do orçamento também no ensino superior, o contexto de retração econômica passou a dificultar o alcance do ponto de equilíbrio entre a arrecadação e as despesas públicas, representado pelos resultados fiscais públicos de 2014. A partir daquele momento, muitos recursos foram suspensos ou gravemente retraídos, situação que vem se agravando desde então, numa tendência de continuidade dos cortes do financiamento público da educação (SALDAÑA, 2019a, 2019b, 2020). Sob a perspectiva ecológica organizacional, esse fato materializa, de maneira ímpar, as oscilações políticas discutidas por Baum (2012).

A sucessiva retração orçamentária afetou as mais diversas modalidades de fomento, a exemplo dos orçamentos das universidades federais, da CAPES, em especial o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), diminuição da concessão de bolsas, recursos do CNPq para o financiamento de projetos de pesquisa, entre outros (CAPES, S/D; 2016b; CNPQ, S/D; GEOCAPES, 2018). Sobre tal questão, a coordenação de área questiona o status de crise na pós-graduação em Administração, argumentando acerca das especificidades da produção da área: “eu acho que a Administração não está sofrendo tanto a crise, se você avaliar de uma forma comparativa com outras áreas, porque a gente consegue fazer pesquisa

sem grandes investimentos [...]. Não tô dizendo que ela não sofra, mas sofre menos que outras áreas” (REGULADOR, 2018).

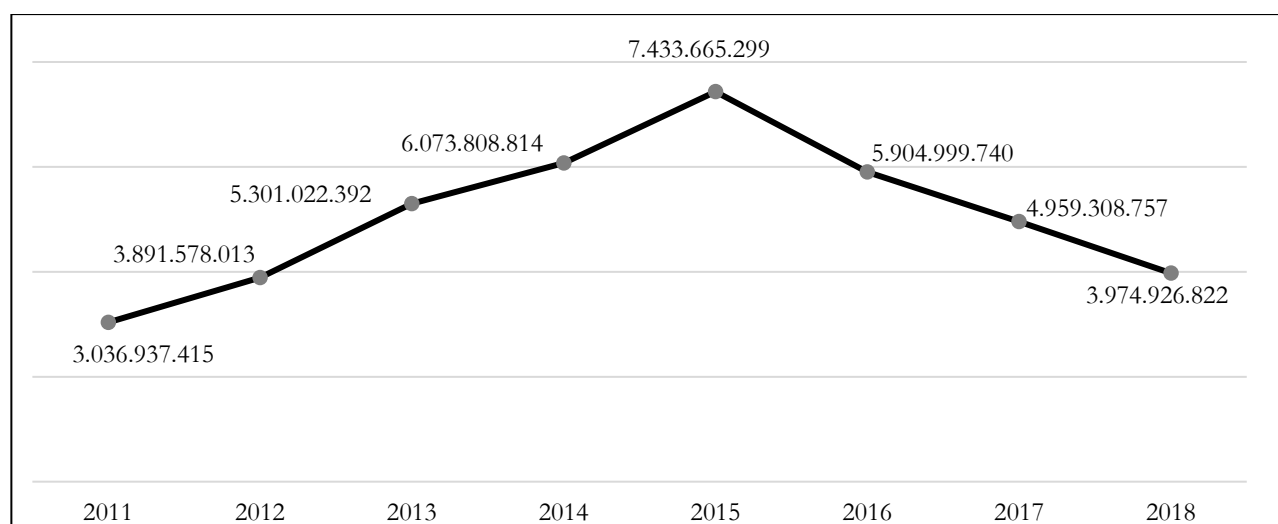
Os docentes, no entanto, citaram importantes limitações para a produção de alto impacto, especialmente no âmbito das IES públicas, maioria entre os PPGs estudados. A narrativa apresentada pelo Docente A exemplifica tal contradição e o impacto da retração de recursos:

No último período do governo da Dilma, quando ela tentou fazer um ajuste, provocou o maior rebaixamento de verba pra educação no Brasil, e esse rebaixamento depois foi suplantado, após o processo de impeachment, por uma política muito austera [...], então nós tivemos a provocação de um cenário ainda pior (DOCENTE A, 2018).

Tal flutuação do financiamento da pós-graduação coloca a variável oscilações políticas num patamar extremo, em que o fomento à pesquisa é tão incerto que desafia até mesmo a lógica da seleção organizacional, afinal, mesmo que reconhecidamente bem estruturadas e legitimadas, o que podem fazer pelos PPGs instituições como a CAPES e o CNPq, quando suas estruturas orçamentárias são gravemente retraídas? Dependentes dos recursos federais, entende-se que a extensão das ações dessas organizações, especialmente o fomento aos PPGs, é delimitada pelo montante de recursos disponibilizados pelo poder executivo.

Esse cenário evidencia, portanto, a pertinência da consideração dos processos ambientais para a análise da mudança, que no contexto da pós-graduação brasileira, vinha sendo anunciada e tornou-se grave pós 2015. O gráfico 01 apresenta dados documentais que demonstram a extensão da retração do financiamento da CAPES. Tais números figuram como um exemplo robusto para contextualizar a temática, uma vez que, em 2018, o montante de recursos destinados à entidade foi retraído ao mesmo patamar de 2012, paralela e paradoxalmente à expansão da pós-graduação brasileira, especialmente em Administração.

Gráfico 01– Dotação Orçamentária da CAPES (em reais)



Fonte: CAPES (S/D).

Outra problemática é que a produção, elemento crucial para a avaliação dos PPGs, também foi diretamente afetada pela redução do financiamento público. É o que se conclui das narrativas dos Docentes A e H, que ressaltam as dificuldades e contradições oriundas de um contexto de movimento à produção qualificada em paralelo à retração de recursos de apoio à pesquisa:

Se pegar os últimos 30 anos, a gente não vive estabilidade, na verdade sempre piorou. O valor da bolsa piorou, o valor destinado aos programas piorou, as regras endureceram. [...] A gente sempre trabalha pensando que alguma informação nova deve chegar, trazendo um cenário pior [...], isso é padrão. De lá pra cá, a gente quase não tem notícia boa, só ruim [...] (DOCENTE A, 2018).

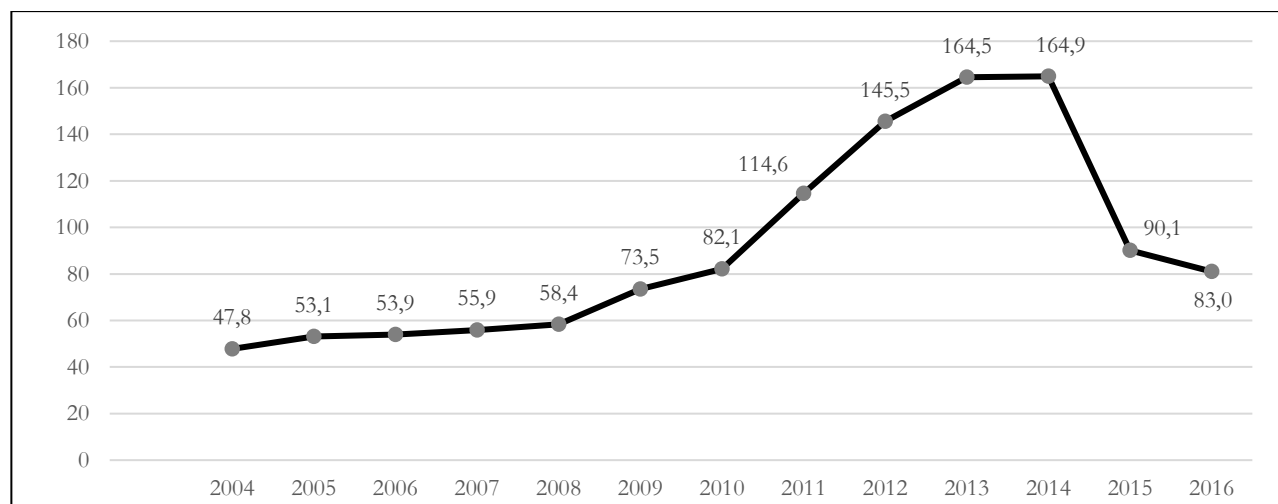
[...] Com a redução de verbas e um número grande de programas, nós temos cada vez mais dificuldade de [...] ter verbas de pesquisa. Com isso, cai a possibilidade de produção e de repercussão do programa num contexto de pesquisa, além daquelas [questões] acessórias, que seriam auxiliar a participação em eventos científicos e publicação (DOCENTE H, 2018).

Tais narrativas reforçam o argumento de que a pós-graduação no Brasil é um campo historicamente colocado à prova, considerando as condições de atuação na pesquisa. Decorrente das oscilações políticas, o fomento para a pós-graduação também apresenta um cenário de instabilidades que afetam dramaticamente os programas. Em julho de 2015, por exemplo, diversas pró-reitorias de pós-graduação e pesquisa foram notificadas acerca das alterações no repasse de recursos do PROAP, mas, um dia depois, após muita polêmica e pressões de grupos ligados à academia brasileira (FERREIRA, 2015), a CAPES (2015b, p. 1) anunciava a suspensão dos cortes, garantindo “o repasse de 1,65 bilhões de reais para os seus programas de pós-graduação [...], equivalente a 90% do valor previsto para 2015”, para a manutenção das atividades financiadas pelo programa. Tal instabilidade, como relatado pelo Docente E, figura como um marcante exemplo das oscilações políticas da pós-graduação:

Apesar de as bolsas não serem um problema para o nosso resultado na quadrienal, não interferiram, a gente pode falar do PROAP, o nosso é de R\$ 6 mil/ano. A gente não tem recursos. Isso sim tem efeito direito com o governo federal, porque a gente já teve PROAP de R\$ 20 mil (DOCENTE E, 2018).

De maneira mais ampla, o gráfico 02 demonstra o recuo do orçamento do PROAP, que acompanhando o padrão de repasses para as IES, teve grande declínio em 2015.

Gráfico 02 – Evolução da concessão de recursos do PROAP (em milhões R\$)



Fonte: CAPES (2016b).

Isso posto, a emergência de novas modalidades de financiamento da pesquisa, tanto em IES públicas quanto privadas, parece ser questão de ordem, diante do cenário de contínua retração do financiamento público do setor. Nesse sentido, firmar parcerias com atores e instituições-chave que possam construir estratégias de captação de recursos junto aos programas também se mostra atitude necessária à

sobrevivência por parte dos integrantes da pós-graduação no Brasil, especialmente em Administração, campo que, ironicamente, não integra o conjunto de áreas estratégicas do Estado brasileiro (CAPES, 2010).

Conforme já sinalizavam Carroll e Huo (1986), as oscilações políticas são determinantes para o fracasso organizacional, fato materializado na queda de nota dos PPGs em Administração brasileiros. Isso está expresso no redimensionamento e realocação dos recursos, que restringiu diversas atividades e demandas dos cursos, como o andamento dos estudos no âmbito dos projetos de pesquisa; a tradução de *papers* para periódicos internacionais; auxílio à participação de docentes e discentes em eventos científicos e ações de internacionalização; formação docente continuada em programas de pós-doutorado; aquisição de equipamentos e softwares, entre outras.

Além disso, as oscilações políticas demonstraram que não só a distribuição de recursos, mas também as prioridades das políticas públicas são redefinidas, essas provavelmente sendo antecessoras e orientadoras da destinação do fomento. Prova disso foi como o ajuste das contas públicas foi planejado e dimensionado, colocando o setor educacional como um dos principais alvos da austeridade orçamentária. É fundamental sinalizar, nesse sentido, que os cortes no orçamento da CAPES para as IES públicas foram expressivos, ultrapassando o montante de R\$ 1,5 bilhões entre 2015 e 2016 (CAPES, s/d; MORENO, 2018).

Ligações Institucionais: “se você quer ser grande, tem que ser proativo, [...] tem que melhorar a interlocução e relevância” (REGULADOR, 2018).

Quanto às ligações institucionais e sua relação com o declínio, tem-se que, primeiro, ao serem indagados sobre possíveis assimetrias na distribuição de recursos e poder na pós-graduação em Administração, fato que poderia ilustrar a força de determinados grupos no direcionamento do fomento e da avaliação, os docentes apresentaram pontos de vista diversos, mas pode-se entender que o desequilíbrio entre regiões e PPGs foi citado como uma realidade. No entanto, foi atribuído ao perfil da área, mais concentrada no Sul e Sudeste, tendo em vista a trajetória pioneira das pesquisas lá desenvolvidas. Assim, apesar de não unânime, o fator desequilíbrio regional não foi sustentado pelos docentes como definidor do destino do poder e recursos. O relato do Docente C (2018), lotado em IES nordestina, aglutina tais opiniões:

A questão do fomento não é focada no Sul-Sudeste, acaba havendo mais recursos porque há mais pesquisadores e PPGs nessas regiões. [...] Há um desequilíbrio no sentido absoluto, [...] mas não no sentido pejorativo, de que estariam sendo privilegiadas essas instituições e pesquisadores. Eu não acredito que alguém lá no CNPq ou na CAPES tivesse, maldosamente, sistematicamente, distribuído mais recursos pro Sul-Sudeste (DOCENTE C, 2018).

Outro ponto de vista é apresentado pelo Docente D, que ilustra a existência de estratégias relacionais por parte dos atores que compõem as instituições-chave da pós-graduação, em que a ocupação de espaços nessas estruturas é fato resultante de articulações com a CAPES.

[...] Sem dúvida, eu concordo [que há assimetria de poder]. Tem duas maneiras de você ler essa situação: ou você culpa o órgão regulador, [...] ou entende que tem que ganhar espaço e posição. [...] Na verdade, aqueles que tão no centro do poder estão lá porque justamente trabalharam esse espaço antes [...], fizeram esse esforço de aproximação, colocando pessoas em posições na estrutura da CAPES, o que poderia resultar nesse tipo de privilégio. Então significa dizer que você tem que tá dentro dessa estrutura pra alterá-la (DOCENTE D, 2018).

O Docente D parece enxergar que tais relações fazem parte do processo de influência com vistas à mudança e atendimento de interesses por parte dos pesquisadores e PPGs. Fazer parte do contexto institucional para reformá-lo é reflexão necessária, considerando que a questão da distribuição assimétrica de poder no setor é argumentada por parte de seus integrantes.

A precariedade das ligações institucionais dos programas abordados também foi destacada. O relacionamento – quando existente – com as agências de regulação e fomento ficou restrito ao básico: referente apenas à avaliação e seus regramentos, ainda assim superficiais, considerando o desconhecimento por parte dos programas dos rumos da quadrienal, não havendo elementos concretos, no âmbito restrito à esta pesquisa, para afirmar que houve interferências políticas de grupos de interesse para os resultados da avaliação ou fomento. Outros exemplos da fragilidade das relações decorrem dos dados oriundos da observação não-participante durante o XLII ENANPAD e o XXI SEMEAD. Observou-se que apenas os programas de pós-graduação em Administração das escolas mais tradicionais se mobilizaram para divulgar suas atividades, sendo eles os PPGAs da Universidade de São Paulo (USP), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP) e da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Além disso, a *Emerald Publishing*, editora-chave internacional de periódicos e livros da área de Administração, recomendada, inclusive, como base de dados para os periódicos estratificados no *Qualis*, esteve presente no XLII ENANPAD, divulgando suas atividades no setor de pós-graduação. No entanto, o estande da editora esteve por quase todo o tempo vazio: durante os diferentes momentos da observação não-participante, constatou-se que esse recebia pouquíssimas visitas, sendo ocupado basicamente pelos funcionários da editora.

Entende-se que a simples iniciativa de se fazer presente e estar em evidência em eventos-chave da área é estratégia importante e tem peso para a construção de relações institucionais, configurando-se como oportunidade de ampliação de parcerias. Enquanto um PPG que está inserido em grandes redes, projetos e grupos de pesquisa, ações de internacionalização e produção de alto impacto vai ganhando relevância e abrindo as portas para diversas fontes de fomento, aqueles que não investem no desenvolvimento de ligações institucionais acabam invisibilizados na comunidade. Essa questão foi identificada nos PPGs analisados neste estudo, que relataram que as iniciativas de ampliação e fortalecimento de relações ainda eram muito restritas. A análise é corroborada pelo Regulador, que declara:

As pessoas pensam: “ah, a CAPES não tá pedindo isso”, mas se você quer ser grande, tem que ser proativo... não é sobre o que a CAPES pede, você tem que melhorar a interlocução e relevância, tem que saber o que tá sendo pensado globalmente [...]. Então é preciso aproveitar o momento sinérgico desses agrupamentos! E aí dizem: “eu não tenho recursos pra isso”, mas essas filiações custam barato, você não vai fazer viagens, vai ter acesso aos materiais, aos fóruns, às discussões on-line, mas o cara não faz (REGULADOR, 2018).

Sobre as ligações com o setor produtivo, possível fonte de recursos, ficou evidente a ausência de parcerias, tendo apenas um docente indicado iniciativas ainda embrionárias nesse sentido. Quanto à configuração dessas relações, o Regulador mais uma vez lançou algumas reflexões:

A nossa área [...] tem essa lógica de que você não pode fazer parceria com empresas, porque contamina a pesquisa. Eu acho isso uma visão equivocada. [...] Temos uma interlocução muito grande com as organizações, [...] e eu acho que é preciso fazer essa aproximação, porque a gente precisa ter relevância na pesquisa, e se a organização vê essa relevância, ela tem condições de apoiar. [...] Eu visitei o Brasil afora, e uma questão importante é qual a perspectiva política dos gestores das universidades: o que acredita que o setor público tem que ser totalmente financiado pelo governo não faz o menor movimento pra mudar isso; já os que acreditam que você pode ter essa aproximação sem contaminação se mobilizam e suas instituições entram em evidência (REGULADOR, 2018).

Relacionando esse cenário com a ausência de interações com empresas por parte dos PPGs, entende-se que pode haver um distanciamento entre a pesquisa e as demandas do contexto organizacional além universidade, questão que afeta diversas áreas, mas que é especialmente problemática quando observada no âmbito da gestão. Tais considerações são corroboradas por Nishimura, Rocha e Galhanone (2018), que em seu estudo, concluem que as IES subutilizam o fomento via fontes externas em função da sua

estrutura tradicional. O distanciamento de empresas ou a fragilidade das ligações institucionais dos PPGs com o setor produtivo reduz possibilidades de acesso às fontes alternativas de fomento e à expertise tecnológica dessas organizações, repercutindo nos resultados da avaliação.

Quanto às ligações e parcerias internacionais, relacionadas às políticas de internacionalização, também foi evidenciada a fragilidade, já que as iniciativas existentes nos PPGs analisados não se mostraram sistemáticas, sendo lideradas individual e voluntariamente por docentes, não se estendendo ao coletivo dos programas, conforme narra o Docente D:

O esforço de internacionalização [...] de maneira formal não existe. O que existem são relações de docentes, de pesquisadores com alguns centros que os receberam como pesquisadores ou em estágio pós-doutoral, ou ainda porque fizeram um [doutorado] sanduíche lá e têm alguma relação... ou alguém fez um meio de campo, intermediou, e nisso se construiu uma relação. Mas é indivíduo, não é institucional. (DOCENTE D, 2018).

Para além das narrativas, essa conclusão é igualmente alicerçada pelos dados documentais das fichas de avaliação e reconsideração (CAPES, 2017c), que demonstram que a internacionalização figurou como um elemento problemático para os PPGs da PUC/SP, UFRN e USCS, nos quais as ações não foram sistematicamente planejadas ou não deram resultados consistentes. Esse cenário é grave, considerando que a internacionalização possibilita a troca de experiências entre pesquisadores de diversos países e instituições. Além disso, é um importante critério da avaliação, logo, a restrita atuação internacional dos PPGs também interferiu na queda dos conceitos. Assim, não foram relatadas iniciativas sistemáticas de relações estratégicas pelos PPGs estudados, o que indica fragilidade ou mesmo ausência de ligações institucionais.

Esse padrão se repete, já que a mesma situação foi narrada por integrantes do PPGA/UFPB, que classificaram as relações do programa com a reitoria, a ANPAD e a CAPES como frágeis (ARAÚJO; MORAES, 2014). Esse contexto pode ser compreendido sob a perspectiva de Hannan e Freeman (1984), que entendem que os mecanismos de aprendizagem organizacional (expressos pelo quão rápida é a aquisição, processamento e análise da informação adquiridas no ambiente) exercem influência para a manutenção da atuação das organizações.

Com base nas premissas teóricas e nos dados obtidos, entende-se que o estabelecimento de relações com organizações diversas poderia ter criado o alicerce para a ampliação do fomento, para o conhecimento das reorientações da avaliação, bem como para a troca de saberes entre os PPGs nacionais e internacionais, fortalecendo a produção qualificada, ações que solidificariam a atuação dos programas, muito provavelmente levando-os a melhores resultados na avaliação, uma vez que responderiam às diversas e novas demandas da CAPES.

Estabelecendo conexões com as pesquisas que afirmam que as relações com instituições-chave são necessárias para a sobrevivência organizacional (BAUM; OLIVER, 1991; BAUM; MEZIAS, 1993; MINER; AMBURGEY; STEARNS, 1990; ZHOU; VAN WITTELOOSTUIJN, 2009), conclui-se que, no contexto dos PPGs estudados, a ausência ou fragilidade dessas parcerias foram importantes fatores a serem considerados no declínio de nota na avaliação CAPES.

O quadro 04 sintetiza os resultados alcançados nesta pesquisa, relacionando os processos ambientais-institucionais aos fatores condicionantes do declínio de nota dos PPGs.

Quadro 04 – Síntese dos resultados da pesquisa

Processos	Principais fatores para o declínio dos PPGs
Regulação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alteração dos critérios da avaliação CAPES; ✓ Desconhecimento dos PPGs sobre as mudanças na avaliação durante o quadriênio; ✓ Exigência do alto impacto na produção intelectual; ✓ Ausência de apoio das IES.
Oscilações políticas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Retração dos recursos públicos da pós-graduação; ✓ Cortes orçamentários na CAPES e CNPq; ✓ Crise política e econômica desencadeada em 2014 no Brasil; ✓ Reorientações nas políticas públicas educacionais no pré e pós impeachment.
Ligações institucionais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ligações institucionais precárias com órgãos reguladores; ✓ Ausência de parcerias com o setor produtivo; ✓ Fragilidade das ações de internacionalização.

Fonte: elaboração própria (2019), a partir dos resultados da pesquisa.

A dimensão regulação, como visto anteriormente, impôs diversos desafios à gestão acadêmica executada pelas coordenações dos programas, tendo em vista que as reorientações impactam diretamente os PPGs e determinam a forma e extensão da atuação dos programas que compõem essa população.

A turbulência no processo político, redefinidora da distribuição de recursos para as organizações, influencia o fracasso organizacional (BAUM, 2004). No contexto da pós-graduação em Administração, esse processo ambiental-institucional se comporta do mesmo modo, por meio de reorientações nas políticas para a pós-graduação e retração de recursos no período abordado.

Relacionamentos com instituições reguladoras, agências de fomento, empresas públicas e privadas, demais universidades; internacionalização. Acesso aos mecanismos de distribuição de recursos e poder regulatório. A fragilidade nesses aspectos, relacionados às ligações institucionais, terceira variável dos processos ambientais-institucionais propostos por Baum (2012), restringiram a obtenção de recursos no ambiente e influenciaram o declínio das notas dos PPGs estudados.

Considerações finais

A discussão proposta neste artigo, sobre elementos que proporcionaram o declínio de notas de PPGs em Administração, espera contribuir para o desenvolvimento de pesquisas baseadas na Ecologia Organizacional, que figura entre as teorias organizacionais menos difundidas no Brasil. Os processos ambientais-institucionais foram utilizados na análise do declínio de notas de PPGs com a perspectiva de experimentação teórica, articulação entre pressupostos, argumentação e conceitos que fundamentassem uma abordagem diferenciada sobre o assunto escolhido (CORNELISSEN, 2018). Como sugerem Reed e Burrell (2018), a teoria organizacional precisa ser reanimada por novas questões e diálogos sobre as organizações na contemporaneidade.

Declarou-se, como finalidade central deste artigo, a compreensão sobre como processos ambientais influenciaram o declínio da nota de programas acadêmicos de pós-graduação em Administração no Brasil no período de 2013-2016.

Do ponto de vista dos aspectos regulatórios, é preciso destacar o papel exercido pela CAPES, uma vez que a instituição exerce diversas atividades típicas de órgãos reguladores, como a chancela para a fundação, manutenção e descredenciamento dos programas. Dito isso, o aspecto que mais se destacou nas análises foi o caráter oscilante da regulação da pós-graduação e como esse impôs importantes desafios

ao planejamento e gestão dos PPGs. As mudanças regulatórias são legítimas, porque apoiadas pela comunidade acadêmica e também porque buscam melhorias contínuas para a pós-graduação em Administração no Brasil; por outro lado, também provocam instabilidades e um ambiente de insegurança regulatória, com inúmeras dificuldades para grande parte da população de PPGs.

O *gap* entre a velocidade da mutação dos critérios de avaliação da produção docente e a capacidade de resposta dos programas se mostrou bastante problemático, ainda que as mudanças sejam importantes para o desenvolvimento da produção qualificada. Isso porque a superação da lógica produtivista é questão complexa, pois se relaciona com o modelo de atuação quantitativamente valorizado difundido durante décadas na comunidade de PPGs em Administração, sendo necessário, em alguma medida, uma mudança de mentalidade e de *modus operandi* da comunidade acadêmica tradicional. Também a ausência ou inconsistência de regulações, orientações, suporte e apoio por parte das IES em que os PPGs estão sediados, definidas por suas reitorias e pró-reitorias, em especial as de pós-graduação e pesquisa, foram admitidas como problemáticas pelos docentes.

Quanto às orientações e alterações das políticas públicas da pós-graduação e sua relação com o declínio de nota de PPGs em Administração, a questão do fomento à pesquisa foi amplamente citada, mesmo que sob diferentes perspectivas. De maneira ampla, o contexto econômico e político foi indicado como importante elemento definidor da retração de recursos, como comprovado pelos documentos analisados.

No que se refere às ligações entre os programas e instituições/atores-chave e sua relação com o declínio dos programas em Administração, a fragilidade dessas relações no âmbito dos programas abordados foi apontada, destacando-se as restrições no relacionamento dos PPGs com a CAPES e demais agências de fomento, com o setor produtivo e em parcerias com organizações internacionais.

Tanto as recentes notícias acerca do financiamento público e do amadurecimento da avaliação CAPES, discutidas na introdução, como o contexto organizacional que circunda os programas, vivenciado durante a execução deste estudo, revelam importantes mudanças no cenário da pós-graduação. Assim, uma robusta agenda de pesquisa em gestão acadêmica poderá tratar dos novos direcionamentos da avaliação CAPES, entre eles, uma maior participação da comunidade acadêmica, a forma de avaliação da produção, articulando o destino e papel do *Qualis*, além das novas fichas de avaliação da pós-graduação, que pretendem inaugurar um sistema de autoavaliação aos PPGs e a consideração das vocações e demandas regionais para o dimensionamento dos critérios avaliativos. Outro direcionamento já não tão novo, mas ainda problemático, é o alto impacto da produção intelectual, que desafia os PPGs e é questão importante para basear novos estudos que observem se e como os programas estão se adequando à nova lógica.

Pesquisas sobre a provável reconfiguração da CAPES no atual cenário de reformas e reestruturação de entidades públicas ofereceriam importantes contribuições. É o que se conclui dos relatos dos docentes, das recentes notícias e dos direcionamentos das políticas públicas educacionais, que indicam que o setor de educação superior necessitará repensar sua atuação frente aos desafios impostos pela vigente retração de recursos. Isso ainda implica incertezas sobre a configuração final das mudanças na avaliação pensadas pela CAPES, impondo também aos PPGs certa insegurança sobre os rumos de suas atividades e de que forma essas serão apreciadas pela entidade. A Ecologia Organizacional seria, inclusive, uma possibilidade de referencial analítico para tais estudos, certamente porque o cenário atual demonstra novas e importantes oscilações políticas e regulatórias na pós-graduação.

Finalmente, acompanhar as oscilações do financiamento do *stricto sensu*, especialmente em Administração, área não prioritária para o Estado, parece relevante direção de pesquisa, considerando a possível ampliação das pressões ambientais à atividade pós-graduanda.

ⁱ Nesta pesquisa, o declínio de nota dos PPGs é entendido como “fracasso organizacional”, construído inerente à Ecologia Organizacional. Ressalta-se que tal definição se baseia especificamente no resultado da avaliação, que sendo cíclica, é passível de mudanças e não caracteriza de forma definitiva os PPGs.

ⁱⁱ Sistema Nacional de Pós-Graduação.

ⁱⁱⁱ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

^{iv} Foi necessário abordar dois docentes do PPGA/UFPB, considerando o curto período em que um deles se relacionou com a avaliação CAPES.

^v À época, ainda se fazia referência à futura Avaliação Trienal 2013-2015. Posteriormente, definiu-se que a avaliação seria quadrienal (2013-2016).

Referências

ANJOS JÚNIOR, E. V.; SILVA, R. M.; CAVALCANTE, C. E. “Blackout” – a extinção das cooperativas de eletrificação rural do Brasil pela ANEEL. **Exacta**, v. 14, n. 1, p. 27-35, 2016.

ARAÚJO, G. D.; MORAES, A. F. G. Do descredenciamento à reestruturação: o programa de pós-graduação em Administração da UFPB e os PNPGs. **APGS**, v. 6, n. 4, p. 195-203, 2014.

BARNETT, W. P.; CARROLL, G. R. How institutional constraints affected the organization of early US telephony. **Journal of Law, Economics & Organization**, v. 9, p. 98-126, 1993.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-EUA. **Cadernos EBAPE**, v. 11, n. 2, 2013.

BAUM, J. A. C.; OLIVER, C. Institutional linkages and organizational mortality. **Administrative Science Quarterly**, p. 187-218, 1991.

BAUM, J. A. C.; OLIVER, C. Institutional embeddedness and the dynamics of organizational populations. **American Sociological Review**, p. 540-559, 1992.

BAUM, J. A. C.; MEZIAS, S. J. Competition, institutional linkages, and organizational growth. **Social Science Research**, v. 22, n. 2, p. 131-164, 1993.

BAUM, J. A. C. Ecologia Organizacional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2012.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JÚNIOR., T. **Produção Científica em Administração no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2005.

CALDAS, M. P.; CUNHA, M. P. Ecologistas e economistas organizacionais: o paradigma funcionalista em expansão no final do século XX. **RAE**, v. 45, n. 3, p. 65-69, 2005.

CAPES. **PNPG 2011-2020**. Brasília, 2010.

CAPES. **Avaliação Trienal 2013**. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://bit.ly/2BKDR0P>. Acesso em: nov. 2017.

CAPES. **Relatório do Seminário de Acompanhamento dos PPGs de Administração, Ciências Contábeis e Turismo**. Brasília, 2013b. Disponível em: <https://bit.ly/2tlcgAo>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CAPES. **Sobre a Avaliação**. Disponível em: <http://bit.ly/2zTeE2V>. Brasília, 2014. Acesso em: mar. 2018.

CAPES. **Apresentação do Seminário Síntese de Meio Termo do SNPG**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2tlcgAo>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CAPES. **Capex garante recurso para pós-graduação e pesquisa**. Brasília, jul. 2015b. Disponível em: <https://bit.ly/2E7t587>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CAPES. **Sobre a Quadrienal**. Brasília, 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/2Z4DfPg>. Acesso em: mar. 2018.

CAPES. **5ª Reunião das Comissões – FOPROP/CAPES**. Brasília, 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/2Q2l6xc>. Acesso em: ago. 2020.

CAPES. **Documento de área - Administração**. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://bit.ly/2jVPidX>. Acesso em: jan. 2018.

- CAPES. **Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília, 2017b. Disponível em: <https://bit.ly/2E8bayc>. Acesso em: jan. 2018.
- CAPES. **Relatórios de avaliação e reconsideração**. Brasília, 2017c. Disponível em: <https://bit.ly/2E8bayc>. Acesso em: jan. 2018.
- CAPES. **Orçamentos**. Brasília, S/D. Disponível em: <https://bit.ly/2UXT1Zw>. Acesso em: nov. 2018.
- CARROLL, G. R.; HUO, Y. P. Organizational task and institutional environments in ecological perspective. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 4, p. 838-873, 1986.
- CAVALCANTI, M.; HEBER, F. O empreendedorismo sustentável e a teoria da Ecologia Organizacional. **Desenvolve**, v. 3, n. 1, p. 171-188, 2014.
- CERETTA, G. F. **Ecologia Organizacional: uma teoria em busca de entendimento. Gestão e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 108-115, 2015.
- CHILD, J.; RODRIGUES, S. How organizations engage with external complexity: a political action perspective. **Organization Studies**, v. 32, n. 6, pp. 803-824, 2011.
- CIRANI, C. B. S.; SILVA, H. H. M.; CAMPANARIO, M. A. A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em Administração no Brasil. **RAC**, v. 16, n. 6, 2012.
- CNPQ. **Bolsas**. Brasília, S/D. Disponível em: <https://bit.ly/2UYzZXi>. Acesso em: out. 2018.
- CNPQ. **Buscar Currículo Lattes**. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br>. Acesso em: ago. 2020.
- CORNELISSEN, J. Imagining futures for organization studies: the role of theory and of having productive conversations towards theory change. **Organization Studies**, v. 40, n. 1, p. 55-58, 2018.
- CUNHA, M. P. Ecologia Organizacional: implicações para a gestão e algumas pistas para a superação de seu caráter anti-management. **RAE**, v. 39, n. 4, p. 21-28, 1999.
- DELACROIX, J.; CARROLL, G. R. Organizational foundings: an ecological study of the newspaper industries of Argentina and Ireland. **Administrative Science Quarterly**, p. 274-291, 1983.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DONALDSON, L. **American anti-management theories of organization**. Cambridge University Press, 1995.
- SILVA, L.; HOYOS, A. Uma teoria evolucionária das organizações para os Estudos Organizacionais. In: SEMEAD, 20., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2017.
- GEOCAPES. **Bolsas CAPES - Administração**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br>. Acesso em: nov. 2018.
- GRANDELLE, R. CAPES suspende concessão de bolsas de pós-graduação. **O Globo**, 2019a. Disponível em: <https://glo.bo/308unbW>. Acesso em: abr. 2019.
- GRANDELLE, R. Dinheiro de pesquisas científicas brasileiras acaba em julho. **O Globo**, 2019b. Disponível em: <https://glo.bo/2TOC0zW>. Acesso em: abr. 2019.
- HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 929-964, 1977.
- HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. Structural inertia and organizational change. **American Sociological Review**, v. 49, p.149-64, 1984.
- HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. **Organizational Ecology**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- HOLGADO SILVA, H. C. et al. Bibliometria em Estudos Organizacionais: o perfil das produções em Ecologia das Organizações. **Gestão e Sociedade**, v. 12, n. 31, 2018.

- LANDER, M.; HEUGENS, P. Better together: using meta-analysis to explore complementarities between Ecological and Institutional Theories of Organization. **Organization Studies**, v. 38, n.11, pp. 1573-1601, 2017.
- LAZZARINI, S. Pesquisa em Administração: em busca de impacto social e outros impactos. **RAE**, v. 57, n. 6, p. 620-625, 2017.
- MACCARI, E. A. et al. Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES: pesquisa-ação em um PPG em Administração. **RBPG**, v. 5, n. 9, 2008.
- MINER, A. S.; AMBURGEY, T. L.; STEARNS, T. M. Interorganizational linkages and population dynamics. **Administrative Science Quarterly**, p. 689-713, 1990.
- MORENO, A. C. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **G1/Globo**. Disponível em: <https://glo.bo/2IDSjAQ>. Acesso em: 05 out. 2018.
- NISHIMURA, M. M.; ROCHA, T. V.; GALHANONE, R. F. Captação de recursos em Instituições de Ensino Superior: um estudo de caso múltiplo. In: ENANPAD, 42., 2018, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPAD, 2018.
- PATRUS, R.; TOLENTINO, V. SHIGAKI, H. B. Equívocos da avaliação da pós-graduação em Administração: pré-internacionalização da produção intelectual como efeito colateral do pós-productivismo. In: ENANPAD, 42., Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPAD, 2018.
- REED, M.; BURRELL, G. Theory and Organization Studies: the need for contestation. **Organization Studies**, v. 40, n. 1, pp. 39-54, 2018.
- SALDAÑA, P. MEC estende corte de 30% de verbas a todas universidades federais. **Folha**, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2YsmfRZ>. Acesso em: abr. 2019.
- SALDAÑA, P. MEC faz novos cortes e não irá financiar nenhum novo pesquisador neste ano. **Folha**, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2lzHbrL>. Acesso em: set. 2019.
- SALDAÑA, P. CAPES admite erro que cortou 6.000 bolsas após criar novo modelo de concessão. **Folha**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2RLtX8F>. Acesso em: abr. 2020.
- SINGH, J. V.; LUMSDEN, C. J. Theory and research in Organizational Ecology. **Annual Review of Sociology**, v. 16, n. 1, p. 161-195, 1990.
- TOLBERT, P.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S., HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2012.
- TOMAZELLI, I.; RODRIGUES, E. Educação teve o maior corte de recursos na 'tesourada' do governo. **Estadão**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2uCdKqr>. Acesso em: mar. 2019.
- TUCKER, D. J. et al. Organizational form, population dynamics, and institutional change: the founding patterns of voluntary organizations. **Academy of Management Journal**, v. 33, p. 151-78, 1990.
- TUCKER, D. J. et al. The institutional ecology of human services organizations. In: HASENFELD, Y. (Ed.). **Human Service Organizations**. Newbury Park: Sage, 1992.
- WHOLEY, D. R.; CHRISTIANSON, J. B.; SANCHEZ, S. M. Organization size and failure among health maintenance organizations. **American Sociological Review**, p. 829-842, 1992.
- ZANARDO DOS SANTOS, A. C. M. Evolução das organizações por meio das abordagens institucional, ecologia das organizações e equilíbrio pontuado. **REA UFSM**, v. 6, n. 1, 2013.
- ZHOU, C.; VAN WITTELOOSTUIJN, A. Institutional constraints and ecological processes: evolution of foreign-invested enterprises in the chinese construction industry. **Journal of International Business Studies**, v. 41, n. 3, p. 539-556, 2009.